

## **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO BRASIL: UM DEBATE NECESSÁRIO**

### **STRUCTURAL VIOLENCE IN BRAZIL: A NECESSARY DEBATE**

Monique Soares Vieira<sup>1</sup>  
Renata Gomes da Costa<sup>2</sup>  
Simone Barros de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo busca reconstruir a violência como uma categoria histórica, produzida e reproduzida na ordem do capital, capturando suas raízes objetivas e subjetivas. A construção da violência, na sociedade de classes, não perpassa por um processo natural, mas é produzida a partir das condições sociais, políticas e econômicas cujas determinações da sociedade capitalista geram a base material e efetiva para sua perpetuação. A partir de uma revisão bibliográfica acerca das categorias violência estrutural, relações sociais e capitalismo, fora possível apreender que violência é um fenômeno estruturante do capital e por isso sua superação está diametralmente relacionada também a superação do modo de produção capitalista, ou seja, implica a construção de uma nova ordem social, liberta das amarras da exploração e dominação do padrão hegemônico burguês.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Violência Estrutural; Sociedade.

**Abstract:** This article seeks to reconstruct violence as a historical category, produced and reproduced in the order of capital, capturing its objective and subjective roots. The construction of violence, in class society, does not go through a natural process, but is produced from the social, political and economic conditions whose determinations of capitalist society generate the material and effective basis for its perpetuation. From a literature review on the categories of structural violence, social relations and capitalism, it was possible to learn that violence is a structuring phenomenon of capital and therefore its overcoming is also diametrically related to overcoming the capitalist mode of production, that is, it implies the construction of a new social order, freed from the shackles of exploitation and domination of the hegemonic bourgeois pattern.

**Keywords:** Capitalism; Structural Violence; Society.

## **INTRODUÇÃO**

A etimologia da palavra violência concebe múltiplas formas de apreensão e, portanto, a materialização deste fenômeno na realidade concreta necessitará de uma apreensão a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando a violência como uma categoria histórica e objetiva que se manifesta (produz e reproduz) sob dadas condições sócio-históricas.

---

<sup>1</sup>Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Contato: moniquevieira@unipampa.edu.br

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora Adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato:renata.costa@unirio.br

<sup>3</sup>Pós Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Contato: simoneoliveira@unipampa.edu.br

Questiona-se, se seria possível impetrar um conceito que contemple todas as expressões e manifestações empíricas da violência, sem que haja para tanto uma absolutização? Ianni (2004), ao refletir sobre a violência na cena contemporânea, considera que a violência está intrinsecamente interligada à destruição do outro, daquilo que é diferente e estranho, como um processo que busca a purificação da sociedade, a sublimação do absurdo introduzido na sociabilidade e nos jogos em que as forças sociais encontram-se submergidas.

A violência, em um sentido genérico e amplo, permeia a humanidade desde os seus primórdios, estando presente em diversos momentos que balizam o seu processo civilizatório, contudo, ao estar presente não significa que a mesma seja natural e intrínseca à natureza humana.

As marcas históricas do capitalismo brasileiro de base oligárquica e formas de sociabilidade erigidas sob a escravidão, paternalismo e clientelismo presidem o processo histórico do desenvolvimento do país, conseqüentemente das expressões de violência. O “moderno se constrói por meio do arcaico” afirma Iamamoto (2009, p. 128), reinventando e metamorfoseando relações e práticas sociais do período colonial para a moderna sociedade do capitalismo financeiro.

O descompasso entre desenvolvimento social e crescimento econômico que gera a ampliação, concentração e centralização do capital, na sua face perversa, gesta em seu ventre múltiplas formas de degradação da vida humana. A atonia da democracia brasileira no conjunto das relações sociais embruteceu o enfrentamento à questão social, sobrepujando, a participação democrática das classes populares nos processos de tomada de decisão e territorializando a pobreza e a violência. Além disso, Ianni (1984) lembra que o uso extensivo de instrumentos coercitivos pelo poder estatal contribui significativamente para a construção de relações autoritárias pautadas no medo, no mando e na obediência.

A edificação de tais relações tende a resultar na despolitização e desmobilização da sociedade, que enfraquecida no seu direito à voz e participação política acaba por ser devorada pela perversidade do capitalismo e vivencia no seu cotidiano “o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 147).

O movimento de formação socio histórica do Brasil nos possibilita apreender que o lastro cultural do mando e obediência, de subalternidade e passivização da população

culminam diametralmente para a reprodução da violência em suas mais diversas expressões na cena contemporânea. Desse modo, o presente artigo irá demonstrar que a violência, especialmente a de ordem estrutural, é produzida por meio das condições sociais, políticas e econômicas cujas determinações da sociedade capitalista geram a base material e efetiva para sua perpetuação.

## **A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**

A violência estrutural, fenômeno fruto do capitalismo, na atual conjuntura, toma corpo e face de uma imensa avalanche social, resultante da espoliação das classes trabalhadoras de seus direitos, em especial, dos direitos sociais. O obscurantismo, no entorno da violência estrutural, revela a dinâmica perversa que é suavizada pela naturalização e banalização das suas expressões na cena contemporânea:

A violência expressa-se em múltiplas faces, envolvendo também as relações sociais e econômicas da sociedade, com isso é possível compreender a violência como um fenômeno macro, ou seja, não acontece somente em contextos internos como relações familiares ou de proximidade entre os indivíduos. A violência, em um contexto macro, também é conhecida como violência estrutural, fenômeno característico das sociedades capitalistas ‘marcadas pela dominação de classes e por profundas desigualdades na distribuição da riqueza social’ GUERRA, 2008, p. 28).

A violência estrutural prevalece em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas. São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social, sendo “uma forma de relação social que está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO, 1988, p. 31).

A violência estrutural, constitutiva das relações capitalistas que se estabelecem na sociedade contemporânea é indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc.) [...].

Assim sendo, a economia não pode ser desconsiderada nesse contexto, o que não significa atribuir-lhe papel único e mecânico ao influir na vida do ser social (SILVA, 2012, p. 03).

Nessa direção é possível considerar, conforme Silva (2012, p. 04), que a violência estrutural é constituída “por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem, na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas violentas”. O modelo societário e a influência das estruturas normativas e da própria *ideologia dominante* conduzem a apreensão do que é violência, como enfrentá-la e também quem são as “*vítimas e os algozes*”.

A partir disso, a ideologia imbricada nos modos de pensar e agir dos indivíduos atuará no sentido de cooptar e induzir toda a sociedade a enxergar e interagir com a realidade social concreta por meio das *lentes* da ideologia da classe dominante.

Chauí (2008, p.175) refere que a principal função da ideologia é “ocultar e dissimular a divisão social e de diferenças entre os homens”, por isso, é possível afirmar, a partir das reflexões da autora, que a finalidade no sentido *lato* da ideologia consiste em fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, aquilatando-as sob a ótica da naturalidade, normatividade e justiça, e, sobretudo, sem questionar e, portanto, sem a pretensão de transformá-las ou mesmo conhecê-las profundamente na sua radicalidade.

Desse modo, a apreensão sobre as manifestações da violência também perpassa pelo labirinto da ideologia dominante, em que não se considera as contradições existentes que alimentam a produção e reprodução da violência, assim como das condições concretas em que ela se materializa.

Embora possa parecer que exista aqui uma contradição entre o modo como o discurso constitui o próprio núcleo da identidade do sujeito e a ideia desse núcleo como abismo insondável para além da “barreira da linguagem”, há uma solução simples para o aparente paradoxo. A “barreira da linguagem” que me separa para sempre do abismo de outro sujeito é simultaneamente aquilo que abre e que mantém esse abismo – o próprio obstáculo que me separa do Além é aquilo que cria a sua imagem (ZIZEK, 2014, p. 67).

A “*barreira da linguagem que me separa do abismo do outro sujeito*” para Zizek (2014) diz respeito ao discurso ideológico da violência, reproduzido não somente pelo senso comum conservador, mas como estratégia de apassivamento dos indivíduos na busca pelo

consenso e legitimação do Estado. A *violência simbólica* é invisível, mas é a base para violência objetiva, estando entremeada nos discursos e nas ações.

Iasi (2014, p.185), nos comentários posfácio do livro de Zizek, traz um exemplo emblemático do processo de internalização provocado pela violência simbólica nos indivíduos:

Quando um negro é agredido por ser negro, trata-se de uma violência. Mas um negro que procura se “embranquecer” para ser aceito em uma sociedade branca e racista é uma violência ainda maior, porque é a demonstração de que o racismo e a exploração ganharam raízes na subjetividade, que a dominação externa se internalizou e dirige a ação desse ser humano no sentido de seu apassivamento diante de tal dominação.

O autor chama a atenção para duas formas de violência: a **violência visível**, ou seja, aquela que podemos ver, que causa comoção e/ou revolta e, portanto, tem repercussão midiática sendo contabilizada estaticamente pelo Estado “*na luta contra a violação dos direitos humanos*” e, a **violência invisível**, que opera na subjetividade do ser humano, atuando na sua identidade, nos valores de pertencimento a uma determinada sociedade ou grupo social.

Os valores de uma sociedade machista, classista, racista e homofóbica asseguram não somente as condições materiais para os atos de violência contra as consideradas “minorias”, mas as estigmatizam e fazem com que tais valores sejam por elas internalizados e reproduzidos cotidianamente.

A construção ideológica da violência para Zizek (2014) é a própria violência, a sociedade burguesa utiliza aquilo que Marx (2004) denominou como consciência cínica, ou seja, *eu sei, mais finjo que não sei, logo tolero atos de violência, por não saber ou por não ter “consciência” de que aquilo é uma violência*. Uma questão importante a considerar, diz respeito a apartação entre “vítimas ou inocentes” e os (as) autores (as) da violência, denominados pelo senso comum conservador de “criminosos (as), bandidos (as)” e pela força policial como “elementos”.

Os indivíduos pertencentes ao segundo grupo, por meio da violência simbólica e da consciência cínica não são vistos como seres humanos, mas como coisas, desprovidos da condição humana, por isso o uso indiscriminado da violência por meio do aparelho estatal é

legitimado, pois este encontra-se autorizado a utilizar a violência como forma de garantir o bem comum e proteger a sociedade da ação dos “elementos”.

Uma pessoa negra presa a um poste pelo pescoço é inadmissível. Algo que era comum na época da escravidão torna-se impensável em um Estado de direito – a menos que seja um ladrão, um criminoso. Não se deve fazer isso com uma pessoa, mas a condição de criminoso suspende a condição de pessoa: ele é uma coisa (IASI, 2014, p. 180).

Desse modo, a violência simbólica não é menos real, ela cumpre sua função de tornar possível a violência real (ZIZEK, 2014) e, ainda, conduz a naturalização da violência. Em Marx & Engels (2009), é possível apreender como a hegemonia da ideologia burguesa (classe dominante) tece a visão de ser humano e de mundo de toda uma sociedade, conformando-se em elo entre a dominação de classes e a dominação de ideias. A ideologia atua como principal mecanismo que incide para que os dominados consintam com a normatividade imposta pela ideologia dominante, de tal modo que se adaptem ao *status quo*.

Marx & Engels, (2009, p.72), refletem sobre o percurso da dominação ideológica da classe burguesa em diversas esferas da vida social - mercado, produção, política, cotidiano, etc.-, considerando que:

[...] as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção materiais tem ao mesmo tempo os meios de produção espiritual, o que faz como elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles a que faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isto, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época.

A ideologia, ao invadir todas as esferas da vida social, manipula a realidade concreta, não possibilitando que os indivíduos rompam com valores impostos que subalternizam e oprimem determinados segmentos sociais, bem como se utiliza da *inversão*, que segundo Chauí (2008, p.175) consiste em “colocar os efeitos no lugar das causas e transforma estas

últimas em efeitos”. Ao atuar pela inversão, a ideologia mascara as reais condições nas quais os fenômenos sociais se manifestam, obstaculiza a busca pelas raízes históricas e fortalece a naturalização de preconceitos e injustiças.

Esse processo de naturalização também atinge a violência, pois ao concebê-la como algo natural, a sociedade não busca transformar as situações que favorecem o seu aparecimento nas relações, sua busca consiste apenas em minimizar seus efeitos sem atuar nas raízes que assentam esse fenômeno na sociedade de classes. Diante desse cenário, torna-se imprescindível, retirar a *venda*, ou seja, *desvendar*, a profundidade da violência, uma vez que ao naturalizar, toma-la como coisa natural ou por natureza significa:

[...] dizer que essa coisa existe necessariamente (ou seja, não pode deixar de existir nem pode ser diferente do que é) e universalmente (em todos os tempos e lugares) porque ela é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza, que é sempre a mesma em toda parte. Significa dizer, portanto que tal coisa, por ser natural não depende da ação e intenção dos seres humanos e sim das operações necessárias e universais realizadas pela natureza (CHAUÍ, 2008, p. 243).

A violência, em suas múltiplas faces e determinações, não pode ser apreendida como natural, que independe da ação e intenção do ser humano. Vazquez (2011) considera que a violência é uma construção social que se desenvolve a partir das relações interpessoais dos homens em sociedade, *não é natural*, não é da condição humana, mas sim fruto do movimento da realidade e das condições sociais, culturais, éticas, econômicas de um dado contexto histórico.

Na sociedade contemporânea, com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais.

Iamamoto (2009) refere que o predomínio do capital financeiro conduz à *banalização do humano* e à *descartabilidade e indiferença perante o outro*. O aumento exacerbado das desigualdades, na sociedade contemporânea, não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas.

O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da

população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Iamamoto (2009, p.123), acarreta na *radicalização da questão social*, sendo que:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade”.

A materialização das relações sociais, no capitalismo, encontra-se intrincada na díade exploração/dominação, assim, substantivamente expressões concretas de relações assimétricas, hierárquicas e desiguais, que são os jugos que atravessam a cotidianidade do fluxo da produção e da distribuição da riqueza produzida no âmbito social. O capital atua como base para a perpetuação das relações desiguais, produzindo, no interior da dinâmica societária a conformação diante às opressões, o esvaziamento das relações sociais e a personificação das coisas que tomam corpo no atual movimento do capital.

A violência também se manifesta nas relações entre capitalistas e trabalhadores (as), se materializando nas relações desiguais de poder (exploração e opressão), expropriação dos meios de produção e acumulação privada das riquezas oriundas do trabalho, que acarreta nos processos de alienação e negação do trabalho como atividade ontocriativa.

A invisibilidade das contradições e o esfacelamento de uma perspectiva igualitária nas relações sociais contribuem fortemente para o mascaramento das situações de violência no próprio trabalho. Segundo Silva (2006), na própria formação social brasileira, as relações econômicas fundamentais se construíram e se constroem a partir da exploração da força de trabalho, uma vez que, no sistema capitalista, os sujeitos expropriados dos meios de produção, encontram na venda de sua força de trabalho (resistência física e habilidades) a principal estratégia para sua sobrevivência ao trocá-la por meios financeiros em forma de salários.

A violência no âmbito das relações entre capitalista e trabalhador, implica na apropriação dos frutos de seu trabalho pelo capitalista, por isso o paradoxo referido por Marx (2004) que *quanto mais o trabalhador produz mais pobre ele fica*, uma vez que a distribuição dos bens produzidos é desigual e, ao (a) trabalhador (a) resta somente a sobrecarga e as condições precárias no ambiente de trabalho.

Outro fator que materializa a violência nas relações de trabalho diz respeito a expropriação dos meios de produção e acumulação privada das riquezas oriundas do trabalho. A violência sob o

ponto de vista da anulação, alienação e coisificação do outro, como propõe as reflexões de Chauí (1985), encontra nas relações de trabalho no capitalismo uma seara para sua reprodução, uma vez que a base dessas relações encontra-se pautada, segundo Marx & Engels (1988), *na exploração do homem pelo homem*:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p.80).

A violência nas relações capitalistas tem sua gênese nas desigualdades sociais e no seu agravamento na cena contemporânea, a espoliação do (a) trabalhador (a) da riqueza socialmente produzida irá atingir também as esferas da vida privada o despojando do acesso a uma educação de qualidade, a cultura, a alimentação e habitação digna.

É óbvio que a violência tem suas raízes também ou principalmente nas desigualdades sociais. A distribuição desigual da riqueza social, desde a mais estritamente econômica à cultural, constitui uma das bases das inquietações e reivindicações, dos movimentos sociais e protestos, do desespero e da violência. A mesma fábrica em que se desenvolve a cooperação, a divisão do trabalho social e a integração fabrica a desigualdade, a carência e a alienação (IANNI, 2004, p. 202).

Implícito nessas relações, mas hodiernamente ocultado nos contextos laborais, estão às opressões vivenciadas pelos trabalhadores que conduzem a *reificação* destes sujeitos transformando-os em coisa. Toma-se como exemplo os altos índices de trabalho forçado no Brasil (já demonstrados anteriormente) que imprimem por meio da escravidão a *coisificação do ser humano*. Assim, afirma-se que:

[...] nas sociedades em que esse modo de produção impera, *as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas*. Por isso mesmo, o fenômeno da *reificação* (em latim, *res = coisa*; reificação, pois, é sinônimo de *coisificação*) é peculiar às sociedades capitalistas; é mesmo possível afirmar que a reificação é a forma típica de alienação (mas não a única) engendrada no modo de produção capitalista. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 92-93, grifos dos autores).

Sob a ordem do capital, a cotidianidade manifesta-se como alienação, ao privar o/a produtor/a de seus produtos e o afastar o/a trabalhador/a do conhecimento do processo de

trabalho. A principal resultante desse processo de alienação é o impedimento de um conhecimento crítico do ser humano sobre sua própria vida, uma vez que a alienação é elemento que caracteriza a vida cotidiana, em que persiste o mimetismo e o pragmatismo, não superando a pseudoconcreticidade. Do trabalhador lhe é roubado à possibilidade de desenvolver suas habilidades, o tempo para interação social (lazer), pois suas forças vitais estão destinadas às intensas horas de trabalho, ou pior, à busca por uma ocupação, ainda que de forma precarizada e insuficiente para sua própria sobrevivência.

Antunes (2011), ao refletir sobre o estranhamento do (a) trabalhador (a) em relação ao que produz, refere que o estranhamento efetiva-se pela dimensão de negatividade, sentimento de perda e *desefetivação*, presente no processo de produção capitalista, uma vez que o produto gerado pelo trabalho não pertence ao seu criador. A desvalorização do sujeito, no capitalismo ultrapassa, as relações internas do trabalho e acomete as relações sociais em sua totalidade, a crítica radical realizada por Marx (1996) consistiu sob a perversão do trabalho, que o transforma em algo forçado, alienado e sem sentido para o (a) trabalhador (a).

Assim, o trabalho para o trabalhador passa a ser visto como um fardo e não como algo prazeroso para sua auto-realização, não existe prazer ou realização, apenas a venda de sua força de trabalho por um salário que lhe garanta, ainda que minimamente, a sua sobrevivência e/ou de sua família.

A ineficácia da atuação do Estado e/ou a sua omissão para garantir os direitos sociais e impor barreiras diante às condições predatórias do capital no processo de acumulação, corrobora para que as expressões de violência manifestem-se constantemente na vida dos sujeitos. A ausência do Estado para a proteção dos (as) trabalhadores (as), por meio de políticas sociais públicas e mecanismos de fiscalização, favorece que diversas violações aos direitos fundamentais materializem-se nas relações laborais.

Historicamente, a conquista de direitos pela classe trabalhadora acontece por meio das lutas sociais pela ampliação e legitimidade dos direitos bem como por melhores condições de trabalho e de vida. Quando o Estado é ausente, o capitalismo voraz submerge as esferas da vida cotidiana e seus efeitos são deletérios para a proteção dos (as) trabalhadores (as). Nas relações instituídas no capitalismo, é presente o favorecimento das classes privilegiadas no acesso aos bens e serviços, deixando as classes subalternas vulneráveis às intempéries do capitalismo.

Diante disso, Gohn (2008, p.15), ao refletir sobre a conjuntura atual do país, apresenta o seguinte cenário social:

[...] a questão social no Brasil atual localiza-se em um tripé de problemas – violência urbana, consumo/comercialização de drogas, existência de poderes paralelos ao Estado, disciplinando a ordem e a organização social. Esses problemas estão presentes na sociedade de diferentes formas: violência expressa em inúmeras modalidades de crimes e atos contra os cidadãos e contra o patrimônio público e particular; insegurança e disseminação do uso (consumo ou venda) de diferentes tipos de drogas entre adolescentes e jovens, provenientes de diferentes classes sociais; crescimento das redes de narcotraficantes e outros contraventores em todo o país. A violência urbana alterou o padrão de relacionamento dos cidadãos entre si, sua forma de viver em termos de hábitos e comportamentos, transformou e comprometeu o ato da participação em atividades coletivas (desorganizando, pelo medo, as redes que já existiam, mas ao mesmo tempo, fornecendo subsídios para outras ações emergirem como reação à violência a que estão expostos); desorganização de estruturas familiares a partir da existência, real, ou da ameaça e perigo, do consumo de drogas entre os jovens. As escolhas e prioridades feitas pelos dirigentes políticos se fazem num cenário onde há condicionantes econômicos mais amplos, externos ao país, demarcados pela globalização econômica e suas exigências.

As refrações assumidas, na conjuntura atual pela questão social (em que a violência é concebida como uma das suas expressões), no Brasil, de acordo com Iamamoto (2009), ultrapassam a perspectiva apresentada por Gohn (2008), uma vez que há uma “banalidade do mal, a gratuidade do uso da violência, aparentemente liberta de qualquer conteúdo normativo capaz de legitimá-la” (FRANÇA, 2015, p.13) dilacerando relações e gerando um polo de sociabilidade calcado na coisificação dos sujeitos.

Para Iamamoto (2009) há uma predominância do capital fetiche nas relações sociais que conduz ao agravamento dos processos que incidem na degradação da vida humana. Estes processos geram um movimento de coisificação das relações e personificação das coisas (mercadorias), tal movimento, potencializa as necessidades sociais dos indivíduos. Além disso, outro ponto diz respeito às respostas do Estado, em que predomina a perspectiva neoliberal com a fragmentação das políticas públicas, tendo como consequência a redução do investimento público nas políticas sociais e o apelo à seletividade das ações sociais. Yazbek (2012, p.303), ao analisar o atual contexto das políticas sociais, refere que:

[...] a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de

ajuste da economia com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora.

As mudanças sofridas pelo movimento da realidade (crises econômicas do capital, transformações nas relações sociais, avanço tecnológico, etc.), também repercutem profundamente nos valores e concepções dos indivíduos. Yazbek (2012), ao discutir os impactos destrutivos das transformações atuais do capitalismo, traz a inviabilidade do enfrentamento à pobreza sem mudanças estruturais no modelo econômico concentrador.

A guetificação das famílias pobres a bairros distanciados da cidade, com a precarização dos serviços públicos, busca mascarar as desigualdades socioeconômicas, características proeminentes nesse modelo econômico. Por isso, as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o desenvolvimento tecnológico e informacional promovem intensas mudanças no mundo do trabalho, gerando a terceirização, a subcontratação, o trabalho temporário e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho (RAICHELIS, 2009).

Nessa direção, assevera-se que a concretização dos direitos acontece por meio das políticas sociais públicas, erigidas sob os princípios constitucionais para a garantia da gama de direitos historicamente conquistados nas lutas sociais. As políticas de governo, no entanto, retiram o protagonismo dos sujeitos, uma vez que dependem meramente da orientação ideológica e dos interesses políticos e econômicos dos governos, não representando avanço ou reconhecimento dos direitos da população.

A violência no capitalismo contemporâneo necessita ser apreendida a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando as suas múltiplas faces, determinações e a sua incidência não se dá ao acaso, portanto, desvendar os meandros impingidos nas diversas manifestações de violência requer apreendê-la e problematizá-la não somente nos seus efeitos, mas buscando as raízes históricas desse fenômeno na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência não é inerente à condição humana tampouco é originária do modo de produção capitalista e de suas estratégias para enfrentar as constantes crises. No entanto, encontra na sociedade capitalista terreno fértil para sua reprodução e produção de novas

expressões, uma vez que a atual sociabilidade está estruturada em valores e modos que comportam relações de opressão, dominação e exploração.

Os próprios valores de uma sociedade influenciam o acometimento da violência, a predominância de uma cultura que alimenta práticas cotidianas violentas contra mulheres, crianças, negros, indígenas, idosos, população LGBTTIQ, etc. A produção desses modos de pensar e agir estão cravados na exploração e opressão, construindo subjetividades brutalizadas e reprodutoras de ideologias que conduzem ao estranhamento em relação ao outro, a banalização da vida humana e a repetição mecânica e bestial de comportamentos e posturas do pragmatismo e da não reflexão crítica dos atos centrados no pré-julgamento e no senso comum.

O *ethos* conservador na sua função de garantir a ordem social e as bases para a reprodução do capital trava, no cotidiano reificado por valores moralistas, verdadeiras “lutas” contra as “*disfunções*” e, principalmente, na construção de estratégias de enfraquecimento das lutas políticas e sociais da classe trabalhadora.

Resignar a violência a um conceito é fechá-la diante a complexidade da legalidade social e restringi-la ao campo de determinações da racionalidade formal-abstrata que endossa a visão de sociedade do capitalismo. Outro ponto a considerar, diz respeito a díade causa/efeito, em que a simplificação, na busca pela apreensão somente do que acarreta a violência e quais são seus principais efeitos na vida dos indivíduos, não somente nega a importância do campo das mediações, como categoria ontológica e central na captura da totalidade dos fenômenos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Violência e Educação**. São Paulo: Mimeo, 1988.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática. 2008.

FRANÇA, Márcio de Abreu. **Sociabilidade Violenta e Regulação da Violência no Brasil: Estudo sobre a especificidade da violência urbana brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: A tragédia revisitada**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização

353

Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **O ciclo da Revolução Burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

IASI, Mauro. Violência, esta velha parteira: um samba-enredo. IN: ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis reflexões laterais.** Trad.Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: Seis reflexões laterais.** Trad.Miguel Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Nova Cultural, 2009.

MICHAUD, Yves. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989.

NETTO; José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: ABPESS, 2009.

SILVA, José Fernando Siqueira da; CARMO, Onilda Alves do. Sociabilidade Burguesa, Violência e Serviço Social. IN: LEWGOY, Alzira, SILVA, José Fernando Siqueira da [et al]. (orgs). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

\_\_\_\_\_. **Violência e Desigualdade Social: desafios contemporâneos para o Serviço Social.** Revista Ser Social, Brasília, n.19, p.31-58, jul/dez, 2006.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YAZBEK, Carmelita. O significado sociohistórico da profissão. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: ABPESS, 2009.